



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE MARIANA
Instituído pela Lei 2.972 de 17 de Junho de 2015
Edição nº 1946 de 23 de Dezembro de 2021
Autor da publicação: Amanda Gabriela Fernandes Carneiro

Publicações Prefeitura de Mariana

Publicações Diversas: Atas

Publicações Diversas: Atas

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GESTÃO 2021/2024

(39ª ata - ordem geral)

DATA: 11/11/21 **HORÁRIO:** 9h **LOCAL:** on-line

CONSELHEIROS TITULARES QUE PARTICIPARAM DA REUNIÃO:

Representantes dos Órgãos Governamentais: Adeuzi Batista Filho (Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer), Adriana do Carmo Ferreira, Márcia Priscilla Castro Lana (professores efetivos de cada etapa da Educação), Fábio Faversani (professores da UFOP/ Mariana), Cyntia Millena Moreira (Clube Osquindô), Luiz Tadeu Gabriel (pais ou responsáveis de alunos da rede municipal de ensino), Sérgio Murilo da Silva (OAB-MG), Alessandra Luzia Pinto Silva (Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania).

CONSELHEIROS SUPLENTES QUE PARTICIPARAM DA REUNIÃO:

Representantes dos Órgãos Governamentais: Adriane Marina Valentim (professores efetivos de cada etapa da Educação), Jorge Sebastião Batista (professores da rede comunitária, filantrópica, que oferece ensino especial), Cláudia Aparecida dos Santos (pais ou responsáveis de alunos da rede municipal de ensino), Ângela Maria Marques e Araújo (FEAMMA).

CONSELHEIROS TITULARES QUE JUSTIFICARAM AS AUSÊNCIAS:

Rosângela Aparecida Lopes da Silva (Secretaria Municipal de Educação), Maria Antônia Ventura de Paula (professores efetivos de cada etapa da Educação), Eliana de Souza (funcionários da Rede Municipal de Ensino), e Hebe Maria Rôla Santos (Academia Marianense de Letras, Ciências e Artes)

CONSELHEIROS TITULARES QUE NÃO JUSTIFICARAM AS AUSÊNCIAS:

Wellington Ferrarez (Rotary Clube de Mariana), Rogéria Aparecida Luna Lourenço (Procuradoria Geral do Município), Alessandro de Castro Muniz Ribeiro (Conselho Municipal da Juventude), Josimar Junior Costa (Polícia Militar), Marta da Conceição Gonçalves Machado (Escolas Particulares de Mariana - SINEP), Carine Soares dos Santos Camacho (SENAI), Luciano Lage Torres Alves (professores da Associação dos Ex-alunos e Amigos do Colégio Providência), Katia Maria dos Santos Quirino (FEAMMA), Elisamar Barbosa Martins (Conselho Tutelar), Maria Zélia Gonçalves Ventura (professores da rede comunitária, filantrópica, que oferece ensino especial), Jéssica Cristina de Carvalho Martins (pais ou responsáveis de alunos da rede municipal de ensino).

OBJETIVOS DA REUNIÃO: 1. Comunicações; 2. Apreciação do documento “Carta à imprensa” - Discussão, votação, deliberação; 3. Discussão sobre o conteúdo do “Ofício para a inspeção escolar”.

Ata da primeira reunião extraordinária do Conselho Municipal de Educação, gestão 2021/2024, realizada em onze de outubro de dois mil e vinte e um

Aos 11 dias do mês de outubro de 2021, às 09 horas, reuniu-se em Assembleia Extraordinária o Conselho Municipal de Educação, por meio da plataforma *Google Meet*, para deliberar sobre a pauta. A presidente, Márcia Priscilla Castro Lana, iniciou a reunião fazendo a chamada dos conselheiros presentes e certificou-se do quórum. Em seguida, eu, Lívia Caroline Gomes Soares, atualizei os conselheiros sobre o andamento dos ofícios de números 50, 51, 52/2021/CME e da Carta de Recomendação ao Prefeito Interino do Município de Mariana, n.º 01/2021/CME. Fiz os seguintes esclarecimentos à plenária: o ofício n.º 50 que solicitava explicações sobre retorno presencial das aulas ao Senhor Wemerson Borges, Coordenador de Inspeção Escolar da Secretaria Municipal de Educação, foi recebido pelo setor e com a resposta de que deveria ser encaminhado para a Secretária de Educação, Carlene Ferreira de Almeida. O ofício n.º 51 que indicava um conselheiro do CME para compor a Comissão Municipal Intersetorial de Acompanhamento e Avaliação do Programa Prefeito Amigo da Criança e de Apuração do Orçamento da Criança (OCA) foi devidamente encaminhado e recebido pelo setor competente. Já o ofício n.º 52 que solicitava esclarecimentos sobre transporte de alunos ao Senhor André Luiz Eduardo, Coordenador Geral da Frota Municipal, foi recebido pelo setor, mas, até aquele momento, não havia sido respondido. Em relação à Carta de Recomendação ao Prefeito, Juliano Vasconcelos Gonçalves, também não houve resposta, observando que a Márcia enviou essa carta para o e-mail do seu gabinete e entregou pessoalmente a ele, também concedeu uma cópia para a Secretária de Educação. Em seguida, a Márcia perguntou se os conselheiros aprovavam a Ordem do Dia: 1. Apreciação do documento “Carta à imprensa” - Discussão, votação, deliberação; 2. Discussão sobre o conteúdo do “Ofício para a inspeção escolar”, e se queriam acrescentar mais algum assunto à pauta. O Luiz Tadeu Gabriel, mesmo sem saber se caberia nesta pauta, comentou sobre o material didático que será usado nas escolas em 2022, disse que ele seria a base, o recurso que o professor teria para fazer um bom trabalho. Ele observou que no próximo ano as aulas voltarão ao normal e seria necessário esse olhar para o material didático que será trabalhado nas escolas, pois não adiantaria continuar com o PET no intuito de ser um recurso educacional. O Fábio Faversoni concordou com a exposição do Luiz e complementou que o Conselho deveria cobrar a preparação/ planejamento da SME para avaliar, em termos de competências e habilidades, o que o aluno não adquiriu nesse período remoto e desenvolver políticas para sanar eventuais deficiências percebidas. Ele justificou que as aulas presenciais não poderiam voltar como se não tivesse acontecido esse longo período de aulas remotas e os alunos se sentirem sem apoio. Já a Adriana do Carmo Ferreira observou que as creches tiveram a oportunidade de escolher o material didático para o próximo ano letivo e a Márcia acrescentou

que, em relação ao Ensino Fundamental, também acontecia essa escolha do material didático, só que os livros que chegaram esse ano não foram usados e, por isso, ela acreditava que continuariam vigentes no ano que vem. Disse ainda que as considerações do Luiz e do Fábio se encaixavam no item 2 da pauta, no conteúdo do ofício para a inspeção escolar, por isso, faria a ampliação do conteúdo desse ofício, fazendo pontuações sobre o material didático e o planejamento das perspectivas para o futuro das escolas. A Adriana complementou que também é importante olhar um material pedagógico adequado e de qualidade para as crianças, pois não era o que estava acontecendo. Disse que na Educação Infantil a parte prática é mais importante do que o livro didático. Terminadas as ponderações, todos conselheiros aprovaram a pauta do dia. Sendo assim, a Márcia compartilhou em tela o primeiro item da pauta: Carta à imprensa. Ela explicou que o conteúdo dessa carta partiu da Carta de Recomendação e que tinha o intuito de divulgar para a cidade o que Conselho Municipal de Educação estava fazendo em prol da educação de Mariana e mostrar à sociedade que o Conselho não estava parado. Ela leu a carta para os conselheiros aprovarem e/ou fazerem reflexões. Após sua leitura, a Adriana falou sobre a higienização inadequada que acontecia antes da pandemia na escola em que ela trabalha e que, na atual conjuntura, essa situação não poderia continuar. Considerando a alegação dela, a Márcia acrescentou ao texto um pedido de realização de concursos para a contratação de profissionais qualificados para as posições abertas na rede municipal, não apenas docentes, mas também serventes. Em seguida, o Jorge Sebastião Batista voltou ao assunto sobre a Carta de Recomendação entregue ao prefeito e à Secretária de Educação e demonstrou a sua indignação em relação à falta de retorno/ resposta dessas autoridades. Disse que via isso como um desrespeito, falta de consideração com o Conselho e ao trabalho incessante que ele tem feito desde sua posse. Alguns conselheiros se solidarizaram com o Jorge. A Márcia disse que via a SME muito fechada, sem diálogo e resistente com o Conselho. A Adriana e o Fábio concordaram em construir um diálogo com a SME, uma aproximação maior, quiçá convidar a equipe da Secretaria para uma reunião, mas que para isso o Conselho precisava ganhar voz. Aproveitando o ensejo, o Fábio sugeriu de enviar a “Carta à imprensa” para a Câmara Municipal de Vereadores, apresentar essa manifestação na “Palavra Livre”. Sugestionou também de criar uma coluna do Conselho em algum jornal da cidade, como o “O Espeto” e “Agência Primaz de Comunicação”. O Sérgio Murilo da Silva fez uma outra sugestão de complemento ao conteúdo da carta, que fosse reforçada a manutenção dos chips (recursos) entregues aos professores no período das aulas remotas, pois com o retorno das aulas presenciais, provavelmente, eles seriam recolhidos pela SME. A Márcia e a Adriana elucidaram sobre o funcionamento desses chips para os professores. A Márcia perguntou à plenária se essa sugestão do Sérgio estava aprovada para ser acrescentada ao documento. O Fábio ponderou que a sugestão do Sérgio era pertinente, mas para um outro momento, pois o que estava sendo tratado na carta eram demandas emergenciais e que era importante manter o foco. Finalizada as falas dos conselheiros e sem mais manifestações, abriu-se para votação o envio imediato da carta à imprensa que foi aprovado por unanimidade pela plenária. Em sequência, foi discutido o próximo item da pauta: Ofício para a inspeção escolar. A Márcia explicou que esse ofício foi construído pela Comissão Permanente da Educação Básica com o objetivo de solicitar esclarecimentos da SME sobre o retorno presencial e colocar o Conselho disponível para ajudar no que fosse preciso. Após a leitura do documento, os conselheiros fizeram algumas colocações e as seguintes emendas foram feitas ao ofício: 1. Informar qual é o protocolo para atendimento de casos suspeitos, construído em colaboração pela Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação; 2. O Conselho quer conhecer quais materiais didáticos e recursos materiais e humanos que serão mobilizados para cumprir este planejamento. O Luiz solicitou ainda que, também fosse acrescentado ao texto que a SME disponibilizasse às escolas material didático, livros, recursos didáticos de qualidade e suficientes para os professores e alunos. A Márcia observou que no quesito à quantidade suficiente de livros, dependia da margem informada pela escola e que isso não era falta de competência da SME. Após as ponderações feitas, os conselheiros aprovaram o conteúdo do ofício que será enviado à Inspeção Escolar. Dessa forma, o objetivo da reunião foi cumprido. Ninguém mais quis se manifestar, diante

ensino especial), Carine Soares dos Santos Camacho (SENAI), Luciano Lage Torres Alves (professores da Associação dos Ex-alunos e Amigos do Colégio Providência) e Welington Ferrarez (Rotary Clube de Mariana).

OBJETIVOS DA REUNIÃO: 1. Avisos sobre a Conferência Municipal de Educação; 2. Apreciação da Ata da Cerimônia de Posse e primeira reunião ordinária da nova gestão - 27/09/21 (37ª Reunião Ordinária - ordem geral); 3. Apreciação da Ata da Reunião Ordinária de 20/10/21 (38ª Reunião Ordinária - ordem geral); 4. Aprovação da ordem do dia.

ENCAMINHAMENTOS:

Reenviar ofício convidando os coordenadores da equipe pedagógica da SME para um diálogo, convidar os conselheiros para participarem das Comissões Especiais, averiguar quem já faz parte das comissões.

Ata da terceira reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação, gestão 2021/2024, realizada em vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e um

Aos 25 dias do mês de novembro de 2021, às 09 horas e 30 minutos, reuniu-se em Assembleia Ordinária, em segunda chamada, o Conselho Municipal de Educação por meio da plataforma *Google Meet* para deliberar sobre a pauta. A presidente, Márcia Priscilla Castro Lana, após transcorrer o prazo de trinta minutos do horário da reunião, fez a segunda chamada dos conselheiros presentes e certificou-se do quórum, conforme reza o Regimento. A presidente compartilhou em tela a pauta da reunião para discuti-la com a plenária. Inicialmente, ela compartilhou um hiperlink do *drive* do CME, no qual constava todos os documentos pertinentes à Etapa Municipal da Conferência Estadual de Educação e à Conferência Municipal de Educação. O Fábio Faverson falou brevemente sobre o andamento do trabalho da Comissão Local que era responsável pelas tratativas dessas conferências e ficou de atualizar as informações ao Conselho sempre que necessário. Em sequência, a Márcia tratou sobre um assunto fora da pauta, porém muito importante, que estava em voga entre os educadores: esclarecimentos sobre o rateio de verbas do FUNDEB para professores da Educação Básica de Mariana. Disse que eles recorreram à professora e conselheira Soraia Aparecida Siqueira Gama para levar essa demanda ao Conselho. Diante disso, a Márcia enviou o ofício 64/2021/CME, que solicitava esclarecimentos sobre o assunto, à Secretária Municipal de Administração, Arlinda Gonçalves e ao presidente do CACS-FUNDEB, Lúcio de Oliveira Costa, só que até aquele momento, não havia sido respondido pelas entidades. Apesar de ainda não ter recebido uma resposta oficial da Secretaria de Administração, a Márcia disse que recebeu uma mensagem informal, cuja a autoria seria de Beth Cota, a qual afirmava que o município não teria direito de receber essa verba do FUNDEB, porque Mariana recebeu as verbas corretamente na época devida. A presidente disse também que esse rateio apareceu na nova Lei do FUNDEB sancionada no ano passado e que algumas pessoas tiveram a informação de “rádio peão” que esse dinheiro estaria disponível para o município, mas que não havia informação oficial. Falou que dependendo das respostas recebidas, seria viável agendar uma reunião com essas entidades para um melhor diálogo. A Soraia agradeceu o empenho do Conselho e disse que era importante esse esclarecimento das entidades aos professores sobre

o impasse do precatório, principalmente porque outros municípios receberam essa verba. Observou que o questionamento dos professores era muito prudente, tendo em vista o valor considerável já que era em torno de 700 professores efetivos na rede. Ela ressaltou que seria importante o CME ter uma reunião com o CACS-FUNDEB para obter maiores esclarecimentos sobre a questão e se inteirar da organização/ estruturação que houve no FUNDEB desde 2020. Disse que em outras cidades mineiras a “atuação do município” e do FUNDEB estavam acontecendo de forma diferenciada. Em seguida, os conselheiros aprovaram a Ata da Cerimônia de Posse e primeira reunião ordinária da nova gestão - 27/09/21 que recebeu um adendo na reunião do dia 20/10/21 e foi lida a Ata da Reunião Ordinária de 20/10/21 que também foi aprovada. Passou-se para a Ordem do Dia e a Márcia explicou o porquê nem todos os tópicos seriam discutidos. Disse que a ideia era que ela abordasse o primeiro tópico, “Diálogos e sua importância para a construção de uma educação de qualidade”, o professor Fábio Faversani falasse sobre o segundo, “Conhecer o passado, entender o presente e planejar o futuro da educação de Mariana”, e numa sequência contextualizada, a equipe pedagógica da SME apresentasse o trabalho que cada segmento propôs e desenvolveu em 2021 e o seu planejamento para 2022. Dessa forma, o Conselho poderia entender o que foi feito neste ano e participar do planejamento para o próximo ano letivo como prevê o Regimento. Ressaltou que o CME convidou os coordenadores da SME de cada segmento para esse diálogo, por meio do ofício-convite n.º 62/2021/CME, mas que ele foi recusado. Ela compartilhou a resposta da SME que esclareceu ao Conselho o seguinte motivo de recusa: a equipe pedagógica da SME estava com atividades pré-agendadas, a descrição das atividades pedagógicas realizadas pela equipe no ano de 2021 foram enviadas por meio do ofício 069/2021- GAB-SME ao CME e o planejamento do ano de 2022 estava em fase de elaboração; a SME estava com vasta agenda de atividades no setor pedagógico, operacional e financeiro para encerramento do ano letivo de 2021 e planejamento do ano letivo de 2022; as solicitações de agendamento com a SME deveriam ser realizadas em tempo hábil. Diante do exposto e de que a pauta foi frustrada, ela pediu a opinião dos conselheiros sobre o que deveria ser feito daquele momento em diante, pois a SME não mandou nenhum representante para falar algo e que os conselheiros que a representavam no Conselho estavam ausentes. O Fábio sugeriu reiterar o convite à SME com um prazo hábil. O Jorge sugeriu que o Conselho fizesse uma cobrança diferenciada quanto a participação dos conselheiros representantes da SME, pois eles deveriam estar sempre presentes. A presidente disse que eles fizeram suas justificativas de ausências e que não sabia o que fazer. A conselheira Hebe Maria Rôla Santos concordou com a sugestão do Fábio e enfatizou que o CME deveria ser resiliente, continuar fazendo sua parte independente de quem estivesse presente na reunião, que o Conselho deveria insistir e intensificar o diálogo com a SME. Diante disso, a Márcia sugeriu de reenviar o ofício-convite à Secretaria baseando-se na sugestão da Dona Hebe e deixar agendada a reunião ordinária de dezembro para que a SME já ficasse ciente da data e com prazo para se programar. A Adriana do Carmo Ferreira concordou com a sugestão da Márcia e observou que o documento enviado pela SME (ofício 069/2021-GAB-SME) ao Conselho estava com respostas e orientações superficiais, as quais eram opostas à realidade vivenciada nas escolas, mais precisamente, na escola em que ela trabalhava. Ela mencionou que em seu local de trabalho não havia materiais necessários para lidar com o retorno das aulas em plena pandemia e justificou que era complicado convidar o responsável pelos suprimentos da SME para a próxima reunião, porque sempre que foi questionado sobre esses recursos, a resposta era que tudo dependia de licitação e ela já havia procurado esse diálogo anteriormente. Diante dessa fala de falta de suprimentos, a Marta da Conceição Gonçalves Machado questionou se os kits de segurança não foram entregues aos professores da rede municipal, observou que há dois pesos e duas medidas para escolas particulares e públicas, que os insumos necessários para os professores trabalharem eram básicos e que o município deveria fornecê-los, considerando tantas questões internas e externas que o professor tinha que lidar. Disse também que independentemente da rede em que o professor

trabalhasse, ele deveria receber tanto apoio pedagógico quanto suporte para trabalhar com segurança nesse cenário pandêmico. A Soraia colocou que na escola em que ela trabalhava, os professores receberam os aparatos de segurança e que deveria averiguar se essa situação que foi exposta acontecia em todas as escolas. Outra questão que a Adriana colocou é que com retorno das aulas presenciais, a plataforma virtual, na parte de desempenho não precisava mais ser alimentada, sendo que, no caso da sala dela, somente dois alunos retornaram para sala de aula. Ela disse que era uma situação preocupante e que não houve um preparo de como lidar com esses alunos. Ainda se tratando dos *kits*, a Maria Antônia Ventura de Paula disse que na escola dela os equipamentos também foram entregues. A Márcia respondeu à Marta que em relação à capacitação dos professores, a SME realizou algumas lives juntamente com a Taís, enfermeira da Comissão do Comitê Covid, mas não teve nenhum treinamento, envio de informação pedagógica, que não houve um curso de capacitação para os professores. A Marta disse que não se sentia muito confortável em colocar algumas questões que pensava sobre a fala dos colegas, porque observou que há duas realidades: o ensino da escola pública e da privada. Disse que não imaginava que o distanciamento entre elas fosse tão grande, principalmente porque percebeu diante dos relatos dos conselheiros que não havia começado um trabalho de capacitação dos professores para que pudessem fazer um diagnóstico dos alunos, repensar o ano letivo de 2022 para recuperar tudo o que foi perdido e que era um desafio muito grande para os professores retomarem sem um apoio pedagógico. Ela citou que na escola dela, uma empresa foi contratada para capacitar os professores. Disse que o protocolo tinha que ser seguido e deveria existir um apoio efetivo na rede pública. A Adriana falou que a sensação é de que estava sendo seguido os aspectos burocráticos, sem preocupação com o aprendizado, com as famílias que não se sentiam seguras, principalmente na Educação Infantil, porque a maioria dos alunos não voltou. A Marta perguntou como as crianças que ficaram em casa estavam tendo direito ao aprendizado. A Márcia e a Adriana responderam que não estavam tendo esse direito, já que se o professor desse o suporte virtual significaria uma jornada dupla. A Adriana disse que no caso da turma dela, ela, por contra própria, passava as orientações aos pais e que os próprios a procuravam em particular. A Maria Antônia perguntou como seriam os protocolos quando alguma criança fosse infectada pela COVID e a Márcia respondeu que, de acordo o protocolo, quando havia uma criança infectada, a turma entrava em quarentena e a partir de três casos, a escola entrava também. Após as falas dos colegas, a Márcia retomou a pauta e abriu para votação o reenvio do ofício à SME e todos os conselheiros aprovaram. A Márcia disse que reescreveria o texto do ofício e postaria no grupo de *WhatsApp* para os conselheiros lerem e em seguida, daria o encaminhamento necessário a ele. A próxima reunião ficou agendada para o dia 14/12/21, às 9 horas, via *meet*. Os encaminhamentos foram os seguintes: reenvio do ofício convidando os coordenadores da equipe pedagógica da SME para um diálogo, convidar os conselheiros para participarem das Comissões Especiais, averiguar quem já faz parte delas. Ninguém mais quis fazer colocações, diante disso, a presidente fez suas considerações finais e encerrou a reunião às 10 horas e 52 minutos. Nada mais havendo a tratar, eu, Lívia Caroline Gomes Soares, para registro, lavrei a ata, que será lida na próxima reunião e, se aprovada, será enviada para publicação no Diário Oficial. Em virtude da pandemia da COVID-19 e de que a próxima reunião acontecerá de forma virtual, essa ata não será assinada. Mariana, 25 de novembro de 2021. XXX